

22 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PODER JUDICIÁRIO

Balanço parcial aponta fechamento de 50% de acordos durante VII Semana

Percentual é superior ao conseguido durante o mutirão do ano passado,
quando houve 48% de acordos

Com base em dados encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelos 43 tribunais que participaram da VII Semana Nacional de Conciliação, foram realizadas entre 7 e 14 de novembro 270.605 audiências de conciliação, tendo sido homologados 135.524 acordos, perfazendo um percentual de acordos da ordem de 50%. O percentual é superior ao conseguido durante o mutirão do ano passado, quando houve 48% de acordos. Somados, os valores chegaram a R\$ 601.969.973,11. Os dados são referentes até o dia 20/11.

O mutirão judiciário terminou na última quarta-feira, mas até o final desta semana os tribunais poderão atualizar o número de conciliações realizadas durante o esforço concentrado do Judiciário que tem como objetivo resolver conflitos por meio de conciliações.

Ainda segundo o relatório parcial, foram contabilizadas 595.271 pessoas atendidas. Participaram do mutirão mais de 16 mil juízes, sendo 7.500 juízes leigos (que atuam apenas em juizados especiais e centros de conciliação) e 28 mil conciliadores.

Na avaliação do conselheiro José Roberto Neves Amorim, coordenador do Comitê Gestor do Movimento pela Conciliação do CNJ, o aumento do número de acordos pode ser creditado à consolidação da política de resolução negociada de conflitos, que nos últimos sete anos vem intensificando a prática tanto na sociedade civil como no Poder Judiciário. Outro ponto considerado positivo para o aumento no número de acordos foi a inclusão do final de semana (sábado e domingo) no calendário do mutirão, quando um número maior de pessoas pode participar.

22 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Comissão discute regras para concurso de juízes

O grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para estudar e promover adequações na Resolução n. 75, que estabelece as regras para os concursos públicos destinados à magistratura, voltou a se reunir essa semana. Um dos pontos debatidos foi a pesquisa realizada junto aos tribunais brasileiros sobre os métodos de seleção dos juízes. Das 24 Cortes da Justiça Estadual que responderam, 20 afirmaram que terceirizam, total ou parcialmente, os certames que realizam.

O Brasil tem 26 Cortes estaduais, mais a do Distrito Federal. A ex-conselheira do CNJ Morgana Richa, coordenadora do grupo de trabalho, explicou que o CNJ consultou todos os tribunais. “Essa coleta de dados teve por objetivo saber qual é o modelo adotado pelos tribunais para o recrutamento dos magistrados. Além do modelo de recrutamento pelos tribunais ou entidades contratadas, buscamos também outras informações, como a participação das Escolas da Magistratura no processo de seleção”, explicou.

De acordo com Morgana, as respostas vão subsidiar o debate das alterações que possam vir a ser feitas na Resolução n. 75. “Os tribunais enviaram as respostas. Agora vamos transformá-las em balizas científicas, para que possam servir de indicadores em eventual aprimoramento do texto da resolução”, destacou.

Morgana explicou que a pesquisa junto aos tribunais é apenas uma etapa do trabalho desenvolvido. Recentemente, o grupo concluiu um estudo sobre a quantidade de ações movidas no CNJ sobre a Resolução n. 75.

22 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF nega contestação de juiz contra punição do CNJ

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, rejeitou, no mérito, Mandado de Segurança em que o desembargador Edgard Antônio Lippmann Júnior, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pedia a suspensão de decisão do Conselho Nacional de Justiça que, em 30 de julho deste ano, o aposentou compulsoriamente.

O desembargador alegava vício no procedimento instaurado no CNJ porque, segundo ele, o órgão teria competência apenas subsidiária na apuração de supostos atos praticados por membros da magistratura, sendo o assunto deste caso da competência do próprio TRF-4. Por isso, ele pedia a concessão da segurança, para que os fatos em análise fossem “eventualmente apurados pelo tribunal originariamente competente”.

De acordo com o CNJ, a aposentadoria do julgador foi precedida por sindicância e processo administrativo-disciplinar instaurados por aquele órgão à luz dos dispositivos da Lei Orgânica e do Código de Ética da Magistratura. Nas investigações, o Conselho constatou “grave violação dos deveres funcionais praticada pelo desembargador”.

De acordo o CNJ, o julgador teria participado de esquema de venda de decisões judiciais.

Ao decidir a questão, o ministro Celso de Mello apoiou-se no artigo 205 do Regimento Interno do STF, que delega competência ao relator para, monocraticamente, denegar ou conceder a ordem de mandado de segurança, desde que a matéria versada no processo constitua “objeto de jurisprudência consolidada no tribunal”. O ministro citou o referendo na medida cautelar na Ação Direta de Constitucionalidade 4.638, de relatoria do ministro Marco Aurélio, na qual o Plenário estabeleceu, em julgamento majoritário, “entendimento diverso do ora sustentado pela parte impetrante, que invocou, unicamente, como fundamento de sua pretensão mandamental, ofensa ao princípio da subsidiariedade”.

Citou também decisão no MS 28.003, no qual a corte reafirmou que a competência do CNJ não se releva subsidiária, ao assentar que “a competência originária do Conselho Nacional de Justiça resulta do texto constitucional e independe de motivação, bem como da satisfação de requisitos específicos”.

22 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Barbosa estreia na presidência do STF com julgamento do mensalão

O ministro Joaquim Barbosa participou da primeira sessão como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) com a retomada do julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão. De acordo com o gabinete de Barbosa, ele deverá acumular as funções de presidente interino e de relator do processo. A posse oficial na presidência do STF será hoje.

Barbosa assumiu interinamente a função na segunda-feira (19) devido à aposentadoria do ministro Carlos Ayres Britto, que completou 70 anos.

O julgamento do mensalão entra em sua quadragésima sétima sessão após uma semana de intervalo – na última quinta-feira (15) foi feriado e a sessão de segunda-feira (19) foi cancelada. O processo começou a ser analisado no dia 2 de agosto e ainda não há previsão para terminar.

A última etapa do julgamento, de fixação das condenações, começou no dia 23 de outubro. Já foram concluídas as penas de nove réus dos núcleos político, financeiro e publicitário. Deste último, falta definir somente a pena do advogado Rogério Tolentino para o crime de lavagem de dinheiro.

O último núcleo analisado será o dos réus do Congresso Nacional e aqueles ligados a parlamentares, que tem 15 integrantes no total. O gabinete de Barbosa não informou qual o primeiro réu desse grupo que terá a pena fixada, mas a expectativa é de que seja o deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP).

O julgamento ainda continuará após a fixação das penas, pois os ministros terão que analisar questões residuais como a responsabilidade pelo decreto de perda de mandato parlamentar – se do STF ou do Congresso Nacional –, o pedido de prisão imediata dos condenados sem esperar os recursos e a possibilidade de decretar o ressarcimento de valores desviados do erário.

Além disso, os ministros devem corrigir incongruências nas penas, como no caso das multas dos sócios e subordinados de Marcos Valério. Em alguns crimes, elas ficaram maior que a do publicitário, considerado o maior articulador do esquema. Vários ministros também já manifestaram interesse em analisar, no final, várias penas em conjunto, como um só crime em continuidade delitiva, o que reduziria significativamente os tempos de prisão já estipulados.

22 NOV 2012

GAZETA DO POVO

Joaquim Barbosa, presidente do STF

Alçado ao posto de herói nacional por sua atuação no processo do mensalão, ministro precisará ser mais conciliador no comando da Suprema Corte

O ministro Joaquim Barbosa é o novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), tomando posse hoje. Pela rotina que se repete a cada dois anos e pela previsibilidade com que se dá o processo sucessório na corte suprema, a notícia poderia merecer apenas discreto destaque nas páginas da grande imprensa. Entretanto, a mudança atual tem merecido incomum — mas plenamente justificável — interesse público.

Várias circunstâncias favorecem a generalizada compreensão de que a assunção de Barbosa ao posto se reveste de inegável caráter histórico. Uma delas, embora devesse ser considerada a menos importante num país tão miscigenado e no qual se diz não haver racismo nem discriminação social, deve-se ao fato de se tratar de um negro e, como se não bastasse, oriundo de humilde classe trabalhadora e que cumpriu a maior parte de sua vida estudantil em escolas públicas, um conjunto de fatores excludentes na sociedade brasileira.

Outra circunstância diz respeito à sua conduta rigorosa — embora polêmica, em razão de seu temperamento explosivo — como relator da Ação Penal 470, que julgou os réus envolvidos no esquema do mensalão; poderosos políticos, banqueiros e empresários agora estão prestes a cumprir pena de prisão. Trata-se de outro indiscutível feito do ministro Joaquim Barbosa, cuja valoração se mede pelo contraditório: nunca antes na história deste país a Justiça alcançou com tanto rigor pessoas que, antes, eram sempre protegidas pelo manto indevassável da impunidade.

Graças a tanto, Barbosa ascendeu nos últimos meses à condição de herói nacional, exageradamente lembrado até como potencial candidato à Presidência da República. Entretanto, usando o mesmo linguajar hermético dos debates do STF transmitidos ao vivo pela televisão, em que expressões latinas eram comuns nas intervenções dos senhores ministros, *modus in rebus* — moderação nas coisas. Moderação de todo aconselhável, pois não estamos diante de um ser sobrenatural e acima de quaisquer questionamentos.

Basta lembrar que não há consenso absoluto quanto à correção jurídica (e até mesmo ético-moral) de alguns dos votos que proferiu ao longo dos sete anos em que ocupa cadeira no STF. Um dos exemplos é seu voto em favor do aborto de anencéfalos, caminho aberto à extensão dessa prática criminosa a outras situações. Votou também contrariamente à extradição do terrorista italiano Cesare Battisti, réu em seu país por cometimento de homicídios.

CONTINUA

22 NOV 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

De qualquer forma, com sua posse na presidência do Supremo, vive o Brasil um momento edificante e, pessoalmente, vive Joaquim Barbosa seu momento de maior superação e justa glória. Apesar das dúvidas quanto à sua capacidade para conduzir com indispensável serenidade a alta corte e de manter bom relacionamento não apenas com seus pares, mas também com as demais instituições, a assunção de Barbosa ao cargo deve ser vista com justo júbilo por todos os brasileiros que clamam por uma Justiça que sepulte a noção de que há uns mais iguais que outros.

Está agora em suas mãos contribuir para a construção de uma almejada realidade. Mas, data venia, convém que não seja tomado, no exercício do cargo, pela mesma vaidade que por tantas vezes marcou sua atuação em plenário. *Sic transit gloria mundi* — a glória do mundo é passageira, dizia-se nas antigas cerimônias de coroação papal. Ou *memento mori*, como repetia constantemente o escravo que acompanhava os generais que voltavam triunfalmente a Roma após memoráveis conquistas: lembra-te da morte, como a incutir-lhes a necessidade de se manterem humildes.

22 NOV 2012

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



22 NOV 2012

GAZETA DO POVO

Barbosa assume hoje a presidência do STF

Amanda Audi, especial
para a Gazeta do Povo

■ A cerimônia de posse do ministro Joaquim Barbosa na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) acontece hoje, em Brasília. Barbosa passa a ser o 44.º presidente da mais alta corte do país — e o primeiro negro a ocupar o posto.

O evento deve contar com discursos do ministro Luiz Fux, do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante; do procurador-geral da República, Roberto Gurgel; e do próprio Barbosa, que será empossado pelo decano Celso de Mello. As falas serão curtas, à pedido do novo presidente. A justificativa são as suas fortes dores no quadril, que dificultam a permanência em eventos de longa duração.

A presidente Dilma Rousseff, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), confirmaram presença na cerimônia de posse.

À noite, Barbosa participa de coquetel promovido por associações de juízes. Uma extensa lista de convidados — com mais de 2 mil nomes — inclui representantes dos poderes e personalidades, como os atores Regina Casé, Lázaro Ramos e Taís Araújo e o cantor Djavan.

Mandato

Como presidente do STF, Barbosa acumula ainda a função de presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O mandato no Supremo tem duração de dois anos, sem pos-

sibilidade de reeleição. A tradição é eleger para a presidência o ministro mais antigo da Corte que ainda não ocupou o cargo.

Joaquim Barbosa se destacou nos últimos meses por seu trabalho como relator do julgamento do mensalão. Indicado pelo ex-presidente Lula, ele é ministro do STF desde 2003. Barbosa assumiu a presidência interina da Corte esta semana, por causa da aposentadoria compulsória de Carlos Ayres Britto, que completou 70 anos no domingo. Ricardo Lewandowski, revisor do processo do mensalão, será o vice-presidente.



Barbosa: primeiro negro a presidir o Supremo.

NOVAS FUNÇÕES

Ao assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal, o ministro Joaquim Barbosa terá mais atribuições. Confira quais são elas:

- » Dirigir os trabalhos e presidir as sessões plenárias do Supremo.
- » Definir pauta de julgamentos da corte.
- » Representar o tribunal perante os demais Poderes e autoridades.
- » Executar e fazer executar as ordens e decisões do Supremo Tribunal Federal.
- » Decidir questões urgentes no período de recesso ou férias do Judiciário.
- » Conceder licenças aos ministros e servidores do Supremo.

CONTINUA

22 NOV 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

POR DENTRO DA FESTA

Como será a celebração da posse de Joaquim Barbosa como presidente do STF:



INÍCIO – 15 horas, na sede do STF, na Praça dos Três Poderes.

PROTOCOLO –

Barbosa faz primeiro a foto oficial. Logo depois, recepciona a presidente **Dilma Rousseff** e presta o compromisso de posse.



SESSÃO – A sessão solene será presidida pelo decano da corte, ministro **Celso de Mello**.



DISCURSOS –

Barbosa escolheu o amigo pessoal **Luiz Fux** para falar em nome dos ministros na cerimônia. Também vão falar o procurador-geral da República, **Roberto Gurgel**, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, **Ophir Cavalcante**.



CUMPRIMENTOS – O novo presidente do STF pediu para encurtar o período dos tradicionais cumprimentos devido às dores no quadril. Ele deve se encontrar brevemente com autoridades.



COQUETEL – Às 20 horas, Barbosa recepciona cerca de 2 mil convidados em um coquetel no Setor de Clubes Sul de Brasília.

VIPS – A lista de convidados incluirá as seguintes celebridades:



Nelson Piquet (tricampeão de F1)



Djavan (cantor)



Regina Casé (apresentadora)



Lázaro Ramos (ator)



Milton Gonçalves (ator)

CUSTOS – Com orçamento acima de

R\$ 100 mil

o coquetel será pago pelas associações dos Magistrados Brasileiros (AMB), dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Fonte: Redação.
Infografia: Gazeta do Povo.

22 NOV 2012

GAZETA DO POVO

Supremo condena ex-diretor do Banco do Brasil a 12 anos de prisão

Henrique Pizzolato terá de cumprir primeira parte da pena em regime fechado. Na sessão de ontem, ministros também definiram punições de Jacinto Lamas e João Cláudio Genu

BRASÍLIA
Das agências

Na primeira sessão presidida pelo relator do processo do mensalão, Joaquim Barbosa, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem que o ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato cumprirá pena de 12 anos e 7 meses de prisão, em regime inicialmente fechado. A punição foi calculada pelos crimes de corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Pizzolato também foi condenado a pagar multa de R\$ 1,3 milhão.

O ex-diretor do Banco do Brasil foi condenado por ter promovido desvios de R\$ 75 milhões de recursos da instituição financeira em favor de uma agência do empresário Marcos Valério, a DNA Propaganda. Os desvios de recursos ocorreram por meio da apropriação pela agência de bônus publicitários e de

PENAS

Veja as penas definidas ontem pelo Supremo:

Henrique Pizzolato, ex-diretor do BB. Condenado a 12 anos e sete meses de prisão e multado em R\$ 1,3 milhão.

Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL. Condenado a 5 anos de prisão e multa de R\$ 260 mil.

João Cláudio Genu, Ex-assessor do PP. Condenado a 7 anos e 3 meses de prisão e multa de R\$ 520 mil

Breno Fischberg, ex-sócio da Bônus Banval. Condenado a 5 anos e 10 meses de prisão e multa de R\$ 72 mil.

Enivaldo Quadrado, ex-sócio da Bônus Banval. Condenado a 5 anos e 9 meses de prisão e multa de R\$ 28,6 mil.

Rogério Tolentino, ex-advogado de Marcos Valério. Condenado a 8 anos e 11 meses, mais multa de R\$ 312 mil.

antecipações irregulares do fundo Visanet. Os ministros do STF apontaram que esse desvio abasteceu o esquema do mensalão.

Além de Pizzolato, os ministros fixaram penas aos ex-sócios da corretora Bônus

Banval Breno Fischberg e Enivaldo Quadrado. O primeiro foi condenado apenas por lavagem de dinheiro e recebeu pena de 5 anos e 10 meses de prisão. Quadrado, apontado pelos ministros como principal responsável pelo dinheiro que chegou a políticos do PP, teve punição menor. Ele foi condenado a 3 anos e 6 meses por lavagem de dinheiro e 2 anos e 3 meses por formação de quadrilha.

O STF definiu ainda as penas de João Cláudio Genu, ex-assessor do PP, e Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL (atual PR). Ambos receberam penas inferiores a 2 anos por corrupção passiva e estão livres de cumprir a sanção porque a punição já está prescrita. Genu foi condenado também a 7 anos e 3 meses por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, podendo se beneficiar do regime semiaberto. Lamas recebeu pena de 5 anos por lavagem de dinheiro e também terá direito ao mesmo regime. Na sessão de ontem, os ministros ainda concluíram a análise das penas impostas ao advogado Rogério Tolentino. Ele foi condenado a 8 anos e 11 meses e deverá começar a cumprir a pena no regime fechado.

O julgamento do mensalão será retomado na próxima semana, quando os integrantes do STF deverão estabelecer as penas para congressistas que receberam dinheiro do esquema.

22 NOV 2012

GAZETA DO POVO

Servidor pagará mais para tapar rombo da previdência

Para sanear as contas previdenciárias, desconto no salário do funcionalismo subirá de 10% para 11%. Aposentados que ganham mais de R\$ 3,9 mil passarão a contribuir

*Euclides Lucas Garcia e
Karllos Kohlbach*

● O governo do estado deve enviar nos próximos dias para a Assembleia Legislativa um projeto de reestruturação do plano de custeio da ParanaPrevidência, órgão responsável por administrar e pagar as aposentadorias dos servidores estaduais e pensões dos dependentes deles. Pela proposta, a contribuição mínima mensal dos servidores ativos passará de 10% para 11% do salário. O projeto ainda prevê a taxação dos aposentados e pensionistas que recebem acima do teto do INSS — atualmente, R\$ 3.916,20. Hoje, os funcionários inativos não pagam a previdência estadual — o Paraná é o único estado do país que mantém a

isenção. Outra alteração prevista é a criação de um fundo de previdência específico para os policiais militares.

O projeto também prevê que, a partir do ano que vem, o governo paranaense deve começar a avaliar de maneira mais aprofundada a possibilidade de criar um fundo complementar de aposentadoria para os servidores públicos. O fundo seguiria modelo semelhante ao criado pelo governo federal para os servidores da União.

Pelo sistema federal, o teto das aposentadorias do funcionalismo, que era de R\$ 26,7 mil, caiu para o equivalente ao teto do INSS, R\$ 3,9 mil. Servidores que queiram ganhar acima desse valor precisam fazer uma contribuição adicional para o fundo complementar. Na esfera federal, a medida vale apenas para servidores que ingressarem no serviço público após as novas regras entrarem em vigência, em maio deste ano. Para os que ingressaram antes, a aposentadoria ainda é pelo sistema antigo.

Redução do “rombo”

Segundo o governo paranaense, o novo plano de custeio da ParanaPrevidência é uma resposta ao déficit técnico —

diferença entre o que se tem e o que seria necessário para pagar os benefícios futuros. Hoje, esse “rombo” é calculado em R\$ 7,3 bilhões.

Grande parte do déficit se deve a aportes financeiros que deixaram de ser feitos ao longo dos últimos anos pelo governo estadual, que deveria contribuir com o mesmo valor pago pelos servidores. A administração estadual informou que a expectativa é reduzir a dívida do estado com a ParanaPrevidência em 50% “nos próximos anos” — sem dar um prazo específico.

De acordo com a auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TC) que expôs o déficit, ele é antigo e só nos últimos quatro anos o crescimento do “rombo” foi de 5.400%, “colocando em risco o sistema previdenciário dos servidores públicos estaduais”. No documento, o TC defendeu que o fundo necessita de urgente capitalização para corrigir a distorção. O relatório, divulgado em julho, mostrou ainda que mais de 46 mil servidores terão condições de se aposentar nos próximos 14 anos.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Esse déficit nas contas da Parana Previdência refere-se ao Fundo Previdenciário, que paga os benefícios dos servidores aposentados que tinham menos de 50 anos (homens) e menos de 45 anos (mulheres) em 1998, quando a lei que criou o órgão foi sancionada. Os demais inativos

recebem o pagamento por meio do Fundo Financeiro — também administrado pela Parana Previdência, mas que não está deficitário. De acordo com os dados mais recentes, do fim do mês passado, 101.707 inativos e pensionistas são pagos pelos dois fundos, totalizando R\$ 396,2 milhões mensais.

22 NOV 2012

Novo plano de custeio é uma necessidade, afirma secretário

O secretário estadual da Administração, Jorge Sebastião de Bem, afirmou ontem que as mudanças previstas no novo plano de custeio da Parana Previdência são necessárias para equacionar as contas do órgão, de forma a evitar que o déficit técnico aumente e comprometa o estado. Segundo ele, o aumento na alíquota de contribuição dos servidores segue a Constituição Federal e recomendações do Ministério da Previdência. “Esse aumento vai significar R\$ 5 milhões a mais por mês”, projetou.

De Bem disse ainda que a medida permitirá um equilíbrio entre os fundos Previdenciário e Financeiro.

E que vai melhorar a condição do estado de atender à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — recentemente, o estado ultrapassou o limite prudencial estabelecido para gastos com pessoal. “Isso nos dá uma margem de cerca de 5% para manobrar os gastos da folha”, justificou.

Críticas

Coordenador do Fórum de Entidades Sindicais do Paraná e representante dos servidores no Conselho de Administração da Parana Previdência, Heitor Raimundo defendeu que qualquer alteração no plano de custeio do órgão só deve ser feita depois de uma ampla

auditoria. Ele afirmou que aumentar a taxa de contribuição e taxar os inativos é uma maneira simplista do governo para tentar resolver o problema. “Primeiro, é preciso revelar toda a fotografia que ainda não foi revelada, abrir a caixa-preta da Parana Previdência e apurar tudo”, disse.

Raimundo citou como exemplo os aportes financeiros que deixaram de ser feitos pelo governo ao longo dos últimos anos e que, segundo ele, somam R\$ 8 bilhões. “Não podemos ser responsabilizados pelos equívocos e irregularidades que não foram cometidos por nós”, afirmou. “Não estamos dizendo que essas medidas não precisam ser tomadas, mas tudo precisa ser discutido com clareza.” Hoje, às 14 horas, representantes da Secretaria da Administração e dos servidores vão se reunir para debater o assunto.

“Isso [o aumento da contribuição] nos dá uma margem de cerca de 5% para manobrar os gastos da folha.”

**R\$ 7,3
BILHÕES**

é o “rombo” da Parana Previdência. Valor corresponde à diferença entre o que se tem e o que seria preciso ter para pagar os benefícios futuros.

GAZETA DO POVO

Alep aprova orçamento de R\$ 33 bilhões para 2013

22 NOV 2012

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou ontem, em primeira votação, o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Paraná para 2013. A proposta, que será votada em segunda discussão na próxima terça-feira, prevê recursos de R\$ 33 bilhões para o ano que vem.

Desse total, o ensino público receberá o equivalente a R\$ 5,7 bilhões. Para a saúde, serão destinados R\$ 3,2 bilhões, enquanto a segurança pública ficará com R\$ 2,4 bilhões. O Poder Legislativo receberá cerca de R\$ 798 milhões (2,42% do orçamento geral do estado); R\$ 1,5 bilhão será repassado ao Poder Judiciário (4,6%); R\$ 47 milhões estão assegurados para a Defensoria Pública (0,27%); e em torno de R\$ 643 milhões (1,95%) irão para o Ministério Público Estadual.

Líder do governo na Casa, o deputado Ademar Traiano (PSDB) afirmou que o estado está com as contas equilibradas e tem centenas de obras em andamento e muitas outras que serão iniciadas em 2013. "Em dois anos, fizemos os ajustes das contas comprometidas que recebemos do governo anterior e demos os reajustes necessários ao funcionalismo", disse.

Já o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), afirmou que o governo Beto Richa (PSDB) passa a impressão de ter perdido o rumo e não ter mais o controle das contas públicas. "Ao mesmo tempo em que vemos um aumento de arrecadação, o governo descumpre uma série de planejamentos que fez, diz que não vai pagar as emendas parlamentares e deixa na Paranaprevidência um déficit bilionário", disse Veneri (leia mais sobre as aposentadorias ao lado). "Ajustes urgentes terão de ser feitos, sob pena de prejudicar fortemente o desenvolvimento do Paraná."

Emendas

O governo informou que nenhuma das 1.562 emendas incorporadas pelos deputados ao orçamento serão pagas. Só serão atendidas demandas conjuntas feitas por parlamentares e prefeitos dentro dos programas já existentes no governo.

"Ao mesmo tempo em que vemos um aumento de arrecadação, o governo (...) diz que não vai pagar as emendas parlamentares e deixa na Paranaprevidência um déficit bilionário."

Tadeu Veneri (PT), líder da oposição na Assembleia.

22 NOV 2012

GAZETA DO POVO

BESSA



O advogado e professor René Dotti (de perfil, à esq.) foi um dos homenageados pelo Conselho Federal da OAB por sua atuação profissional durante o regime militar. O certificado "Memória à Advocacia da Resistência Democrática" foi entregue pelo presidente da OAB-PR, José Lucio Glomb, na presença do presidente nacional da entidade, Ophir Cavalcante Jr., (1º à esq.), e do vice, Alberto de Paula Machado (à dir.), além de ministros e parlamentares.

Pinga-fogo

"A decisão do STF não está sujeita a uma decisão política."

Marco Aurélio Mello, ministro do STF, afirmando que as deliberações do tribunal não podem ser revisadas pelo Congresso.



22 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

STF terá hoje o seu 1º presidente negro

Joaquim Barbosa pretende focar 'grandes questões' e julgamentos capazes de definir critérios para todo o Judiciário

Mandato de mineiro de 58 anos é de 2 anos; indicado por Lula, sua notoriedade veio com a relatoria do mensalão

O Supremo Tribunal Federal terá hoje o primeiro presidente negro de sua história com a posse do ministro Joaquim Barbosa, 58. No tribunal desde 2003, quando foi indicado pelo ex-presidente Lula, ele será o 44º presidente do tribunal e ocupará o posto até novembro de 2014.

Barbosa ganhou notoriedade como relator do mensalão, cujo julgamento, o maior já realizado pelo tribunal, já dura mais de três meses.

Desde ontem, ele acumula a relatoria do processo e a presidência da corte, que assumiu interinamente desde sexta-feira, quando Carlos Ayres Britto formalizou sua aposentadoria compulsória.

Mais de 2.000 pessoas, entre elas artistas, foram convidadas para a cerimônia de posse, que terá discursos do presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ophir Cavalcante, do procurador-geral, Roberto Gurgel, do ministro do Supremo Luiz Fux e do próprio Barbosa.

Em seu pronunciamento, ele apresentará as prioridades de sua presidência, como, por exemplo, o foco em "grandes questões" e os julgamentos dos chamados recursos com repercussão geral, mecanismo que permite

ao STF escolher um caso específico que terá efeito em outros processos semelhantes.

Após a cerimônia, na sede do tribunal, Barbosa será homenageado pelas associações representativas dos magistrados, que organizaram uma festa para ele e o ministro Ricardo Lewandowski, o vice-presidente da corte, em uma casa de eventos.

Barbosa nasceu em Paracatu (MG), filho de uma faxineira e de um caminhoneiro. Sempre gostou de estudar, atividade que dividia com o futebol. Mudou-se para Brasília, onde cursou o ensino médio, em uma escola pública, e a faculdade de direito, na Universidade de Brasília.

Na UnB, fez mestrado. Depois disso, obteve o título de doutor em direito público pela Universidade de Paris 2.

Antes de ir para o STF, foi por quase 20 anos integrante do Ministério Público Federal em Brasília e no Rio.

Barbosa também foi consultor jurídico do Ministério da Saúde, no governo Sarney, e, no fim dos anos 70, oficial de chancelaria do Ministério de Relações Exteriores, quando trabalhou na Embaixada do Brasil na Finlândia.

22 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA

A trajetória
de Joaquim
Barbosa



Joaquim Barbosa será o 44º presidente do STF no período republicano e o primeiro negro a presidir a corte*

1954

Nasce em Paracatu (MG). Seu pai era pedreiro e, mais tarde, dono de um caminhão. Barbosa estudou no Colégio Estadual Antônio Carlos. Desde criança, ajudava o pai fazendo tijolos e entregando lenha no veículo da família



1971

Aos 16 anos, muda-se para Brasília para fazer o 2º grau. Mora na casa de uma tia na cidade-satélite de Gama. Trabalha como compositor gráfico do Senado (1973-1976) e oficial do Ministério das Relações Exteriores (1976-1979)

1975

Começa a cursar a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, formando-se em 1979. Deixa o Ministério das Relações Exteriores e começa a trabalhar como advogado do Serviço Federal de Processamento de Dados

1980

Começa a pós-graduação na UnB e se casa com Marileuza Francisco de Andrade. Em 1982, conclui a pós-graduação na universidade, tornando-se especialista na área de direito e Estado

1984

Torna-se procurador do Ministério Público Federal, atuando inicialmente em Brasília (1984-1993) e, a partir dos anos 90, no Rio de Janeiro (1993-2003)

1985

Assume a chefia da consultoria jurídica do Ministério da Saúde. Em 1985 nasce seu único filho, Felipe de Andrade Barbosa Gomes

1986

Em setembro, sua ex-mulher registra boletim de ocorrência no qual acusa Barbosa de tê-la espancado. Mais tarde, ela afirma que o episódio foi superado

1989

Com bolsa do CNPq, faz o mestrado e o doutorado em direito na Universidade de Paris-II (Panthéon - Assas). Retoma sua carreira de procurador. Publica, em 1994, "La Cour Suprême dans le Système Politique Brésilien"

2001

Após dois anos de pesquisa nos Estados Unidos, onde lecionou na Universidade Columbia, publica o livro "Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade". Em 2002 e 2003, leciona na Universidade da Califórnia



2003

Nomeado pelo presidente Lula para o STF. Em mais de uma ocasião bate boca com os ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes e Eros Grau. Em 2006, torna-se relator do inquérito sobre o mensalão, convertido em ação em 2007



CONTINUA

2008

Torna-se ministro efetivo e vice-presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Vota a favor da tese de que políticos condenados em primeira instância poderiam ter sua candidatura anulada, sendo porém voto vencido

2009

Acolhe a denúncia contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB), acusado pela Procuradoria de peculato e lavagem de dinheiro no mensalão mineiro. Desiste de presidir o Tribunal Superior Eleitoral por problemas de saúde

2012

Em 2011, libera aos colegas o relatório final sobre o mensalão. O julgamento começa no dia 2 de agosto de 2012 e resulta na condenação de 25 acusados,

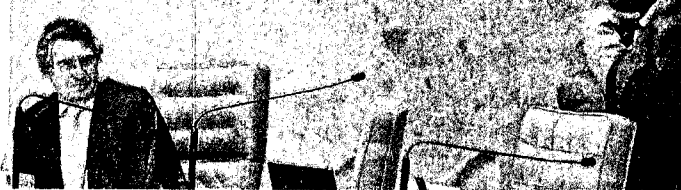
entre eles o ex-ministro José Dirceu



*Na história do STF já houve dois ministros afrodescendentes: Pedro Lessa, ministro de 1907 até sua morte, em 1921, e Hermenegildo de Barros, ministro de 1919 até a aposentadoria, em 1937. Nenhum deles chegou a ocupar a presidência do Supremo.

O ESTILO BARBOSA

As discussões do novo presidente do STF



HABEAS CORPUS

Em 2004, após a Operação Anaconda, acusa Marco Aurélio de ter autorizado indevidamente a soltura de um preso, mas fica isolado no STF

FORA DO PLENÁRIO

Em 2007, após ser atacado por Barbosa, o ministro Eros Grau deixa o plenário e só volta à sessão por insistência do ministro Menezes Direito

MANIPULAÇÃO

Em 2012, Barbosa acusou Cezar Peluso de ter manipulado ou tentado "manipular resultados de julgamentos". Ayres Britto defendeu Peluso

NA RUA

Em outubro de 2004, Barbosa criticou uma liminar de Marco Aurélio, que se sentiu agredido e o chamou para resolver o desentendimento "fora do tribunal"

COMPLEXADO

Em setembro de 2008, após entrevista de Joaquim Barbosa na qual ele disse que não era "um negro submisso", Marco Aurélio sugeriu que o colega era complexado

REPÚBLICA DE BANANAS

Barbosa ataca Gilmar, que reage: "Vossa Excelência tem complexo! Por isso que Vossa Excelência vive falando em República de Bananas"

VELHO CAQUÉTICO

Em 2008 Barbosa chamou Eros de "burro" e "velho caquético" por soltar um preso. Na discussão, Eros o acusa de bater em mulher

MENSALÃO

No julgamento, Barbosa bateu boca com Ricardo Lewandowski, acusado de ser "desleal" e "obstruir o julgamento"

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

Em dezembro de 2006, Barbosa acusou o ex-ministro do STF Maurício Corrêa de fazer tráfico de influência no tribunal durante uma sessão. Corrêa o interpelou por isso, e ele recuou

CAPANGAS

Em abril de 2009, Barbosa criticou Gilmar Mendes: "Vossa Excelência, quando se dirige a mim, não está falando com os seus capangas de Mato Grosso, ministro Gilmar"

Gustavo Miranda - 22.abr.2009/Agência O Globo



FOLHA DE S. PAULO

O poder discutido

JANIO DE FREITAS

Se o Supremo é visto hoje
como a sede da pureza
humana, o constituinte de
1988 dobrou-se à história

22 NOV 2012

A **PREOCUPAÇÃO** com o possível conflito de autoridade entre o Supremo e a Câmara, no caso de cassação de deputados federais condenados no julgamento mensalão, remete a mais do que a essa divergência já bem exposta, jornalisticamente, por Elio Gaspari e Fernando Rodrigues (**Folha** de ontem).

O que está em jogo é a essência da Constituição, em parte dos princípios definidores e protetores do seu caráter democrático. Logo, é a própria natureza do regime que a divergência põe em questão.

Quando a Constituinte restringiu à Câmara e ao Tribunal Superior Eleitoral o poder de cassar mandato de deputado federal, sem dar o mesmo ao Supremo, não foi por acaso nem esquecimento. Foi para guardar coerência com o espírito constitucional desejado.

Se o Supremo é visto hoje como a sede da pureza humana, o constituinte de 1988 dobrou-se à história e à percepção do seu tempo: viu no Judiciário tanto a fonte eventual de pressões espontâneas, como o alvo (bem menos eventual) de pressões que o manipulem, originárias do Executivo, das Forças Armadas e outras. Ao longo do tempo, as casas parlamentares têm sido as maiores e mais frequentes vítimas das pressões que se valem do Judiciário.

Conceder à Câmara e ao Senado, com extensão aos similares nos Estados, o direito exclusivo de decidir sobre os mandatos de seus integrantes foi uma proteção dada ao Legislativo como todo. E, portanto, à independência dos Poderes no limite pretendido pela Constituição.

Mas os tribunais eleitorais tinham

que ser exceções parciais na relação Judiciários/Legislativos. Vieram atender às necessidades administrativas das eleições e ao seu enquadramento, com os candidatos, às leis específicas. São tribunais com alcance limitado. Ainda assim, não são isentos de pressões — nem de sentenças marcadas por pressões conhecidas para serem tomadas. São exemplos do que poderia se abater sobre Legislativos — o federal, os estaduais e os municipais — sem as cautelas existentes.

O poder de cassar ou não os deputados federais condenados pelo Supremo é da Câmara. Concedido pela Constituição, que não o quis estendido ao Supremo. Aí, porém, com estímulos da Procuradoria-Geral da República, há quem pretenda tê-lo.

A propósito, os clamores pelo fim de todo voto secreto na Câmara e no Senado também desconsideram as razões da Constituinte para instituí-lo. Ou seja, pensando no voto secreto como impedimento para a covardia, esquecem seu valor, em certos tipos de votação, contra as pressões e retaliações. Nesse caso, o voto secreto é fator de liberdade política e opinião.

IGUALDADE

Muito simbólica a ocorrência simultânea da libertação de Carlos Augusto Cachoeira, o Carlinhos Cachoeira, e do naufrágio da CPI do Cachoeira.

FOLHA DE S. PAULO

Juiz concede liminar em processo contra a Anvisa

A decisão determina que a agência aceite certificados internacionais de boas práticas

A Abimed (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) teve aceito o seu pedido de liminar em processo aberto contra a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

A associação reclama da demora na aprovação da entrada de novos equipamentos médicos importados no mercado brasileiro.

Representando 128 empresas, responsáveis por cerca de 60% do setor, a entidade argumenta que pedidos feitos em junho de 2010 estão começando somente agora a receber respostas da Anvisa, com inspeções marcadas nas fábricas estrangeiras.

A decisão foi dada no último dia 8 pelo juiz Hamilton de Sá Dantas, da 21ª Vara da Justiça Federal em Brasília.

Nela, o juiz determina que a Anvisa aceite certificados de boas práticas estrangeiros "como documentos válidos e aptos ao recebimento, ao processamento e à concessão do pedido de registro de produtos, equipamentos e suprimentos médico-hospitalares importados por seus associados e que dependam de inspeção fabril internacional, cujo protocolo do pedido de inspeção tenha sido realizado há mais de seis meses."

Desde a mudança na legislação, em maio de 2010, todos os produtos médicos que entrarem no país devem antes ter suas fábricas no exterior vistoriadas.

A Anvisa, por meio de sua assessoria, informou que recorrerá da decisão.

22 NOV 2012

Comissão tira poder do Ministério Público

Texto vai agora ao plenário da Câmara

Os integrantes de uma comissão especial da Câmara aprovaram ontem proposta que altera a Constituição e exclui o poder de investigação do Ministério Público.

O colegiado é composto, em sua maioria, por deputados ligados a setores da polícia. A proposta segue para votação no plenário da Câmara, ainda sem uma data definida.

O relator, deputado Fábio Trad (PMDB-MS), apresentou um texto em que mantinha o poder do Ministério Público para atuar em crimes contra a administração pública, praticados por políticos e/ou agentes públicos.

Porém, uma emenda apresentada pelo deputado Bernardo de Vasconcelos Moreira (PR-MG), aprovada pela maioria, eliminou essas atribuições e atribuiu exclusivamente às polícias Federal e Civil a competência para a investigação criminal.

"O poder de investigar e o de denunciar que tem o Ministério Público é algo equivocado", disse Moreira.

Trad lamentou a aprovação da emenda. "Agora nem de forma complementar, o Ministério Público poderá atuar nas investigações."

O presidente da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), Alexandre Camanho de Assis, criticou a aprovação do texto.

22 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Defesa consegue adiar julgamento de Bruno para março

Defensores usaram dispositivo legal com objetivo de ganhar tempo; dos 5 réus iniciais, só 2 continuam a ser julgados

Para assistência da Promotoria, 'manobras' buscam fazer Macarrão, confessar crime e livrar ex-goleiro

PAULO PEIXOTO
ROGÉRIO PAGNAN
ENVIADOS ESPECIAIS A CONTAGEM (MG)

A defesa do ex-goleiro Bruno Fernandes, acusado da morte de Eliza Samudio, conseguiu fazer a Justiça de Minas adiar para 2013 o julgamento. A data prevista é 4 de março.

Ele foi o terceiro dos cinco réus a ter o júri adiado. Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, e Dayanne de Souza já tinham passado por situação semelhante e devem ser julgados a partir da mesma data.

O júri seguiu ontem com os réus Luiz Henrique Romão, o Macarrão, e Fernanda de Castro, ex-namorada de Bruno.

Os advogados do ex-goleiro usaram um dispositivo le-

gal, chamado "substabelecimento sem reservas", em que os defensores transferem os poderes de defender o réu.

Assim, o titular da defesa, Francisco Simim, passou o caso a Lúcio Rodolfo da Silva. A primeira medida de Silva foi pedir à juíza Marixa Rodrigues um prazo para ler as mais de 15 mil páginas do processo.

A Promotoria manifestou-se contra, mas a magistrada disse não ver o pedido como manobra e transferiu o júri.

Simim admitiu que a intenção era ganhar tempo. "Precisávamos ganhar prazo. Há um HC [habeas corpus] a ser julgado em Brasília [no STF]. Simplesmente por isso."

"Não é manobra. Quando é legal, não é manobra. É estratégia", disse. "Bruno vai entrar nesse júri de terno e gravata."

Silva, o novo titular, afirmou que o ato "não foi uma manobra, foi uma necessidade".

Anteontem, Bruno já tinha tentado adiar seu julgamento, destituindo o advogado

Rui Pimenta. Como tinha Simim de "reserva", a juíza mandou que ele assumisse. Dayanne, que era defendida por Simim, ficou sem defesa.

MACARRÃO

O depoimento de Macarrão, previsto para começar após o fechamento desta edição, era bastante aguardado. A assistência da Promotoria disse que as manobras da defesa tinham o objetivo de deixá-lo sozinho para confessar o crime.

"Essa manobra tende a uma só situação: Macarrão venha a confessar e tirar a culpa do Bruno", disse Cidnei Karpinski, advogado do pai de Eliza.

O defensor de Macarrão, Leonardo Diniz, negou. Disse que manteria a tese de que não houve crime.

A mãe de Eliza, Sônia Moura, prestou depoimento ontem, arrolada como testemunha de defesa de Macarrão.

Ela chorou e disse que a filha nunca ficou desaparecida antes.

22 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

RESTAM DOIS Julgamento do caso Eliza Samudio perde réus dia a dia



1º DIA

Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, 49

> Acusado de executar o homicídio*

O QUE OCORREU

Defesa abandonou o júri por discordar do tempo fixado pela juíza para as considerações iniciais; Bola não aceitou defensor público, por isso ganhou prazo para escolher novo advogado



2º DIA

Dayanne Souza, 25, ex-mulher de Bruno

> Acusada de cárcere privado e sequestro*

O QUE OCORREU

O advogado da ré, Francisco Simim, também era assistente da defesa de Bruno; ele passou a ser o principal advogado do ex-goleiro, que por estar preso teve prioridade na defesa



3º DIA

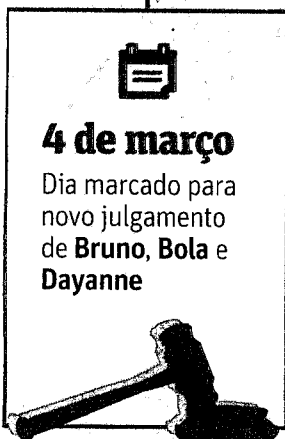
Bruno Fernandes das Dores de Souza, 28

> Acusado de planejar homicídio*

O QUE OCORREU

Na véspera, Bruno destituiu seu principal advogado, declarando estar "inseguro"; novos defensores alegaram ontem que precisavam de mais tempo para se inteirar do processo

QUEM FICOU NO JÚRI



4 de março

Dia marcado para novo julgamento de **Bruno, Bola e Dayanne**



Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, 27 - amigo de Bruno

> Acusado de levar Eliza para ser morta*



Fernanda Gomes de Castro, 25 - namorada de Bruno em 2010

> Acusada de cárcere privado e sequestro*

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Juíza permite que jurados conversem por celular

Os sete jurados do caso Bruno foram autorizados pela juíza Marixa Rodrigues a conversar com seus familiares por celular. A informação foi divulgada ontem pelo site de notícias IG e confirmada pelo Tribunal de Justiça.

Os jurados falavam com os parentes em viva-voz, ao lado de um oficial de Justiça.

Para o advogado Paulo Sérgio Leite Fernandes, um dos maiores especialistas em júri do país, essa comunicação, mesmo monitorada, é passível da anulação do processo.

“Isso inviabiliza o julgamento. Mesmo que falassem sobre outros assuntos, eles não poderiam estar conversando por códigos? Esse julgamento só vai ser decidido daqui a três anos no STF.”

Essa opinião não é unânime. Outros advogados consultados disseram que a conversa não provoca anulação.

Na tarde de ontem, os jornalistas que escreveram o texto foram levados por dois oficiais de Justiça, um escrivão e o comandante da Polícia Militar para uma sala anexa ao plenário, onde foram “advertidos” que a reportagem poderia anular o julgamento.

Depois, servidores pediram desculpas dizendo que foi um mal entendido, pois a intenção era evitar a divulgação de fotos dos jurados.

O TJ não se manifestou. O Ministério Público disse não ver irregularidade na conversa das testemunhas.

Anteontem, o Ministério Público havia pedido a exclusão de testemunhas flagradas com telefones particulares.

22 NOV 2012

22 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Custas judiciais

O líder da oposição na AL, Tadeu Veneri (PT), apresentou pedido de informações na Assembleia Legislativa para obter dados sobre a arrecadação que o Poder Judiciário obtém das custas processuais. O requerimento foi motivado por projeto de iniciativa do próprio Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que deseja ampliar os itens onde pode aplicar o dinheiro do Fundo da Justiça (Funjus).

22 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Relator aprova indicação de paranaense ao STJ

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal o relatório sobre a indicação do paranaense Sérgio Luiz Kukina para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Alvaro Dias é o relator da indicação e considerou o procurador de Justiça apto a ocupar o cargo de ministro do STJ, recomendando a aprovação de seu nome. Os próximos passos são a sabatina de Kukina pelos membros da CCJ e a apreciação pelo plenário do Senado. Somente após a aprovação, Kukina poderá ser nomeado pela presidente da República, Dilma Rousseff.

Mestre em direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná, Kukina é procurador de Justiça desde 2002, tendo antes atuado como promotor em Curitiba e em outros municípios do Paraná. Ele foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para integrar o STJ na vaga aberta com a aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido. A indicação foi publicada no Diário Oficial da União de 9 de novembro.

CLÁUDIO HUMBERTO

Carlos Alberto presidente

Primeiro ministro negro do Tribunal Superior do Trabalho, Carlos Alberto Reis de Paula será eleito presidente no dia 12 e assume em 5 de março. É mestre e doutor em Direito e torcedor do América-MG.

22 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Ex-prefeito de Jundiáí do Sul deve deixar prisão

Defesa conseguiu no STJ anular quatro condenações; Valter Abras está preso em Londrina desde janeiro

Cumprindo pena há quase 10 meses, o ex-prefeito de Jundiáí do Sul (Norte Pioneiro) Valter Abras, 67 anos, conseguiu habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulando quatro sentenças condenatórias que fixaram penas de mais de 16 anos de prisão. A expectativa do advogado de Abras, Fernando Matias, é que seu cliente deixe em breve a unidade dois da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2), onde está desde 29 de janeiro.

O acórdão da 6ª Turma do STJ ainda não foi publicado, mas, segundo Matias, os ministros entenderam que as sentenças condenatórias com datas de 2009 e 2010 são nulas por terem sido proferidas por juiz de primeiro grau, da comarca de Ribeirão do Pinhal. Porém, nesta época, o ex-prefeito já gozava de foro privilegiado para ações penais.

Abras foi eleito em 2008 e no final daquele ano foi diplomado, porém, alguns dias depois, teve o diploma cassado e não pôde assumir. "Mas, naquele momento em que foi diplomado adquiriu o direito ao foro no Tribunal de Justiça e, por isso, as sentenças de primeiro grau são nulas", defendeu o advogado. "Foi esta tese que o STJ acolheu."

Matias disse que aguarda a publicação do habeas corpus favorável a seu cliente para solicitar o alvará de soltura na Vara de Execuções Penais de Londrina. "Creio que em duas semanas ele conseguirá a liberdade."

O ex-prefeito foi condenado por fraudes em documentos públicos entre 1997 e 2000, quando exerceu o mandato em Jundiáí do Sul. Após as condenações em primeiro grau ele recorreu ao Tribunal de Justiça do Paraná, que manteve as decisões.

22 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Pendurado, sim

Em tudo há a impressão de que o governo estadual atravessa uma das crises mais duras de sua história: renegociou com o Tribunal de Contas a moratória do ajuste com os aposentados (o furo da ParanaPrevidência se aproxima dos R\$ 8 bi), admite, embora as poucas realizações, que gasta bem mais do que arrecada. E isso tudo converge para a montagem do orçamento já em trâmite na Assembleia Legislativa, ainda ontem discutido com 1.570 emendas e 114 delas de caráter coletivo.

Outra evidência da pendura é a constante busca de empréstimos, nove deles acertados, o mais recente de R\$ 2,5 bi (só em folha de pagamento daqui até dezembro R\$ 3 bi, nada menos que três, isso sem falar em pagamentos de férias e novas contratações) e também a abertura do processo de "venda" a bancos da folha do funcionalismo a um lance mínimo de R\$ 6,5 milhões.

Está pobre, mas não perde a soberba e assimila todas as aquisições de prédios do Judiciário como também a de um hotel de luxo para a Procuradoria Geral. É quando a austeridade se torna impositiva, sem outra opção, que se percebe a força do desperdício como o dispêndio milionário com a Copa.

Um setor alega que as dificuldades decorrem da herança Requião-Pessuti, mas o fato é que tiveram tempo para a denúncia e não o fizeram ao menos com um mínimo de habilidade.

Mediação

Cada governo tem escritório de advocacia preferencial (que cresce muito no período) como conta igualmente com mediador de precatórios.

22 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Júri do goleiro Bruno fica para março

Contagem - Após dois dias marcados por manobras da defesa dos réus, acusados de envolvimento no sequestro e assassinato de Eliza Samúdio, o ex-amante da vítima, o goleiro Bruno Fernandes conseguiu ontem ser excluído do julgamento que ocorre desde segunda-feira no Fórum de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). Depois de determinar o desmembramento do processo, a juíza Marixa Fabiane Lopes marcou para 4 de março de 2013 o novo julgamento do atleta. Com isso, permaneceram no atual processo apenas o braço-direito do jogador, Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, e uma ex-namorada do goleiro, Fernanda Gomes de Castro.

No dia 4, além de Bruno, que é acusado do sequestro, cárcere privado, assassinato e ocultação do cadáver de Eliza, também devem ser julgados o ex-policial civil Marcos Aparecido dos Santos, o Bola; a ex-mulher do jogador, Dayanne Rodrigues do Carmo, Wemerson Marques de Souza, conhecido como Coxinha, e Elenilson Vitor da Silva. Bruno e Bola vão aguardar o julgamento presos.

Na noite desta quarta-feira, o julgamento ainda estava em andamento e a estimativa era de que a sessão fosse encerrada apenas na madrugada de hoje. Além de ouvirem uma série de testemunhas presenciais por meio de vídeo, havia previsão de que também fosse realizado o depoimento de Macarrão. A expectativa da acusação era de que o acusado confessasse sua participação no crime, livrando o goleiro. "A confissão é boa para o réu. Eu não preciso dela. Nenhum deles vai escapar", afirmou o promotor Henry Wagner Vasconcelos, responsável pela acusação.

CASO ELIZA SAMÚDIO

Julgamento dos acusados

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Desmembramento

- Em 21/11, a defesa de Bruno pediu que julgamento do goleiro fosse adiado
- Advogados que assumiram a defesa do réu alegaram que precisavam de tempo para tomar conhecimento de todo o processo, e juíza responsável acatou solicitação
- Em 20/11, os réus Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, e Dayanne Rodrigues, ex-mulher do goleiro Bruno, tiveram julgamento adiado

Quem será julgado

- Dos cinco réus iniciais, apenas Luiz H. Romão, o Macarrão, e Fernanda Gomes de Castro, ex-namorada do goleiro



22 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

ALÓFSIO DE
TOLEDO CÉSAR

Os inocentes

ALÓFSIO DE
TOLEDO CÉSAR

Dirceu e Genoíno

Se alguém entrar numa penitenciária e conversar com os presos, individualmente, verificará uma situação muito curiosa, até mesmo engraçada: não há ali nenhum culpado. Quando se pergunta ao preso, como todo juiz faz, ao longo da carreira, “qual é a sua bronca?”, logo vem a resposta: “Ah, doutor, armaram pra mim, eu *num* fiz nada”.

Se houver insistência quanto ao tipo de crime de que são acusados, quase todos se saem do mesmo jeito: “O meu é o 155”, ou o 158, ou o 171, e assim por diante. Quase sempre há dificuldade em obter do preso afirmações como “eu matei”, “eu roubei”, “eu trafiquei drogas” e outras que tais, porque, afinal, todos se dizem inocentes. Por isso acham preferível dizer o número do artigo do Código Penal pelo qual foram enquadrados, julgados e condenados.

O mesmo poderá acontecer com os condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo do mensalão José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares quando estiverem na cadeia, porque, conforme eles propagam o tempo todo, nada fizeram de errado e o que ocorreu – na desculpa esfarrapada com se encobrem – foi o julgamento de um partido político vitorioso. Sim, na visão que procuram propagar, o que houve foi tão somente um julgamento político de pessoas inocentes, tão inocentes que talvez pudessem até ser canonizadas.

Enfim, quando José Dirceu, já preso, for indagado a respeito de sua “bronca”, depois de reiterar a proclamação de inocência, ele poderá dizer que é o 333, ou seja, corrupção ativa, e o 288, formação de quadrilha. O primeiro

Desta vez a prisão vem do cumprimento da lei, à qual todos estamos subordinados

prevê pena de 2 a 12 anos e o segundo, de 2 à 5 anos, além de multa, podendo ser aumentada da metade se a vantagem ilícita for também destinada a servidor ou agente público.

Dada a gravidade da conduta, por envolver o então chefe da Casa Civil, o cargo mais poderoso da República após o de presidente, não se pode alegar que tenham sido severas as penas a ele impostas. Para os ministros do STF Ricardo Lewandowski, revisor do processo, e Dias Toffoli, não havia prova alguma contra José Dirceu e José Genoíno. Havia, sim, provas contra todos os outros, menos contra esses dois mais poderosos.

Na visão desses dois juízes, os mesmos delitos, decorrentes das mesmas condutas criminosas, foram admitidos para a imposição de penas aos demais réus, mas não a José Dirceu e Delúbio Soares. Isso equivale a dizer que as provas dos autos foram válidas para condenar e para absolver, conforme as pessoas, sugerindo um paradoxal silogismo jurídico, capaz de entortar o cérebro de quem buscar entendê-lo.

Consequência disso está no infeliz surgimento de anedotas que mostram sempre o relator, Joaquim Barbosa, em posição de antagonismo com o revisor, Ricardo Lewandowski. Numas delas, que circula de boca a boca e também pela internet, aparece um preso, na hora do julgamento, pedindo, pelo amor de Deus, para ser julgado por Lewandowski. Apesar de ser tão sério o assunto, o espírito jocoso do brasileiro sempre encontra uma forma de se divertir.

Contribui para tal o comportamento desse ministro, ao causar a impressão de que se opõe deliberadamente aos julgamentos e à forma de julgar do relator, Joaquim Barbosa. Lewandowski parece não se haver dado conta de que está sob a luz dos holofotes e de que milhões de brasileiros acompanham, pela televisão, cada gesto, cada olhar, cada palavra dele.

Sua irritação quando se retirou do plenário do Supremo porque Barbosa alterou a ordem dos julgamentos, prerrogativa do relator, serviu para demonstrar que Lewandowski anda com os nervos à flor da pele. Não se vê o mesmo nervosismo em Gilmar Mendes, em Celso de Mello, em Marco Aurélio nem em nenhum outro.

Essa atitude o diferencia e o deixa numa situação realmente desconfortável perante o julgamento que cada pessoa faz dos ministros daquela Corte. Sim, os ministros estão sendo julgados por cada um de nós e esse ponto é positivo para o reforço de uma instituição que há anos vem sofrendo processo de debeche e desmoralização.

Também ganha com esse histórico julgamento a democracia brasileira. Exemplo disso está no próprio José Dirceu, que, ameaçadoramente, afirma que não se vai calar e que vai continuar lutando. Para sua sorte, ele está no Brasil e aqui vai cumprir pena, porque se estivesse na sua amada Cuba, cujo regime sonhou importar para nós, nunca mais poderia abrir a boca, a não ser para cantar o hino cubano e dar vivas a Fidel Castro.

CONTINUA

22 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

É curioso observar que o canto de sereia marxista, que encantou gerações e, felizmente, já não seduz, continuou a fazer estragos e vítimas no Brasil. José Dirceu e José Genoino são duas delas. A geração deles, a mesma da presidente Dilma Rousseff, passou anos a fio estudando Marx e discutindo se foi certa ou errada a opção de Stalin ou de Trotsky para substituir o moribundo Lenin.

Até hoje, alguns desse grupo ainda acham que a matança de mais de 10 milhões de adversários, por Stalin, não é fato relevante nem deslustra o encanto do verdadeiro comunismo. Sempre é bom que cada um de nós pergunte a si mesmo se o verdadeiro comunismo é aquele de Cuba, o da China ou o que foi sepultado na Alemanha Oriental, com a queda do Muro de Berlim.

Enfim, pelo jeito, foi por água abaixo o sonho do pequeno grupo que pretendeu usar dinheiro público – dinheiro nosso, arrecadado dos impostos que pagamos – para a aventura consistente em comprar votos no Congresso Nacional, em atos de corrupção e de formação de quadrilha, com o propósito de implantar no Brasil uma República sindical socialista.

Por trás das grades, terão tempo suficiente para refletir. Dirceu e Genoino já cumpriram pena antes, mas, desta vez, a prisão a eles imposta não vem de ditadura alguma, mas do cumprimento da lei, à qual todos estamos subordinados.

●
DESEMBARGADOR APOSENTADO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE SÃO PAULO. E-MAIL:
ALOISIO.PARANA@GMAIL.COM

22 NOV 2012

METRO

STF fixa pena de seis do mensalão

Na sessão de estreia do ministro Joaquim Barbosa no comando do STF (Supremo Tribunal Federal) foi fixada a pena de seis condenados no mensalão. Os ministros fizeram a dosimetria das punições dos réus acusados de participar nos supostos repasses de recursos ao Partido Progressista e concluíram a definição das penas de dois condenados do chamado núcleo publicitário.

Cumprirão pena em regime fechado o ex-advogado de Marcos Valério, Rogério Tolentino, e o ex-diretor do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato. Já os ex-sócios da corretora Bônus-Banval Bruno Fischberg e Enivaldo Quadrado e os ex-assessores João Cláudio Genú e Jacinto Lamas serão obrigados apenas a dormir na cadeia.

Falta definir a pena dos políticos de partidos da base aliada e dos três deputados que cumprem mandatos. A sessão será retomada na segunda-feira.

Cachoeira pode voltar à prisão

Na próxima terça-feira, o Tribunal Regional Federal julgará o mérito do habeas corpus que revogou a prisão preventiva de Carlinhos Cachoeira, relativa às acusações da Operação Monte Carlo. Caso a liminar seja derrubada, o bicheiro deverá ser preso novamente.

A leitura do relatório final foi adiada para hoje. Das 46 pessoas citadas, o documento pede o indiciamento de 34 e a responsabilização de 12.

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

Após manobra, Júri de goleiro Bruno fica para março de 2013

Após dois dias marcados por manobras da defesa dos réus, acusados de envolvimento no sequestro e assassinato de Eliza Samudio, o ex-amante da vítima, o goleiro Bruno Fernandes conseguiu ontem ser excluído do julgamento que ocorre desde segunda-feira no fórum de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). Depois de determinar o desmembramento do processo, a juíza Marixa Fabiane Lopes marcou para 4 de março de 2013 o novo julgamento do atleta. Com isso, permaneceram no atual processo apenas o braço-direito do jogador, Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, e uma ex-namorada do goleiro, Fernanda Gomes de Castro.

No dia 4, além de Bruno, que é acusado do sequestro, cárcere privado, assassinato e ocultação do cadáver de Eliza, também devem ser julgados o ex-policia civil Marcos Aparecido dos Santos, o Bola; a ex-mulher do jogador, Dayanne Rodrigues do Carmo, Wemerson Marques de Souza, conhecido como Coxinha, e Elenilson Vitor da Silva. Bruno e Bola vão aguardar o julgamento presos.

Na noite de ontem, o julgamento ainda estava em andamento e a estimativa era de que a sessão fosse encerrada apenas na madrugada de hoje. Além de ouvirem uma série de testemunhas presenciais por meio de vídeo, havia previsão de que também fosse realizado o depoimento de Macarrão. A expectativa da acusação era de que o acusado confessasse sua participação no crime, livrando o goleiro.

22 NOV 2012

Pedágio (I)

A tarifa básica das praças de pedágio na BR-101 situadas no trecho entre Curitiba e Palhoça (SC) poderá ser reajustada de R\$ 1,20 para R\$ 1,40. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) obteve na Justiça a suspensão de uma sentença que proibia o reajuste. A decisão foi da presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), desembargadora federal Marga Barth Tessler. Segundo ela, existe risco de grave lesão à ordem e à segurança públicas, visto que a redução dos investimentos da concessionária Autopista Litoral Sul na estrada, resultante da baixa arrecadação, podem colocar em risco a segurança da coletividade.

Pedágio (II)

“A omissão quanto ao aparelhamento imediato de tais vias com radares e painéis de mensagem variável, equipamentos que entre outros dão notícia da existência e garantem a tutela de segurança aos moradores e empresários do entorno da rodovia, importa indubitavelmente em risco de grave lesão. Obstar o reajuste da tarifa de pedágio traz consigo uma série de custos e riscos sociais que a coletividade não deve suportar”, afirmou a magistrada em sua decisão. Marga ressaltou, ainda, que poderá haver uma precarização da conservação da rodovia no trecho e prejuízo à trafegabilidade pela região que, segundo ela, “tem grande relevo econômico no tocante ao escoamento da produção industrial da região de Joinville e arredores”. A questão está sendo discutida judicialmente desde abril de 2011, quando o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública na Justiça Federal de Joinville.